

Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union



**Desk Research 'Desafios  
Futuros, Necessidades de  
Competências e  
Envolvimento Eficaz dos  
Jovens**

**Metodologias para Praticantes de  
Desenvolvimento Local Liderados  
pela Comunidade".**

## Revisão de Literatura

**YLLD**

YOUTH LED LOCAL DEVELOPMENT

## **ÍNDICE:**

### **1. Breve introdução ao Projeto**

### **2. DLBC- desenvolvimento local de base comunitária**

#### 2.1 DLBC: definição

#### 2.2 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário em Itália

#### 2.3 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário na Irlanda

#### 2.4 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário em Portugal

#### 2.5 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário na Roménia

### **3. Perceções e Realidades de Integração e Inclusão dos Jovens em Atividades DLBC**

### **4. Necessidades atuais e futuras de competências para (i) jovens e (ii) voluntários da comunidade para facilitar o desenvolvimento dos jovens**

### **5. Metodologias eficazes de envolvimento dos jovens e pessoalmente online - Preferências e metodologias de aprendizagem blended**

### **6. Referências**

*Desenvolvimento local liderado pela comunidade e 'Desafios Futuros, Necessidades de Competências e Metodologias Eficazes de Envolvimento da Juventude para Praticantes de Desenvolvimento Local Liderados pela Comunidade'.*

**Nome do projeto:** "Abordar as competências dos jovens e os processos de inclusão da juventude comunitária para facilitar o desenvolvimento da próxima geração de jovens líderes comunitários".

**Acrónimo do Projeto:** *Youth Led Local Development (YLLD)*

## 1. Breve introdução ao Projeto

### Projeto 'Youth Led Local Development' (Desenvolvimento Local Liderado pelos Jovens)

Youth Led Local Development (YLLD) é um projeto Erasmus+<sup>1</sup> que visa aumentar a inclusão dos jovens no Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade em toda a UE. O parceiro principal é Ballyhoura Development (Irlanda), com parceria da Itália - ASCAE, Roménia - Asociația Grupul de Acțiune Locală Napoca Porolissum, e Portugal - Right Challenge Association.

O projeto irá aumentar a sensibilização, interesse, conhecimento e participação dos jovens que vivem em zonas rurais e remotas e que enfrentam dificuldades socioeconómicas, na participação cívica e em atividades de desenvolvimento local lideradas pela comunidade, contribuindo para a inclusão comunitária, inovação social, crescimento sustentável e oportunidades económicas de qualidade. Para tal, o projeto envolverá as organizações de desenvolvimento comunitário existentes para compreender os desafios do recrutamento de voluntários e do planeamento da sucessão, bem como as perceções/desafios da integração dos jovens nas estruturas lideradas pela comunidade. Um dos principais objetivos do projeto é desenvolver, através da conceção de códigos com grupos, um conjunto de ferramentas para facilitar as melhores práticas na integração dos jovens nas estruturas de desenvolvimento local lideradas pela comunidade.

### Objetivo da investigação

Esta investigação foi realizada para identificar as necessidades atuais e futuras de competências dos jovens para o seu envolvimento e inclusão nas atividades de Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade em todos os países parceiros.

O objetivo é concentrar-se em vários aspetos cruciais dos domínios do Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade e do envolvimento dos jovens. A metodologia utilizada baseou-se num questionário online que foi distribuído a profissionais, trabalhadores de juventude, cidadãos voluntários, membros do governo local e jovens, a fim de desenvolver uma maior compreensão dos requisitos e perceções dos desafios e soluções para a inclusão dos jovens. Também avaliou como as ambições dos jovens e as necessidades dos grupos da comunidade local podem ser efetivamente fundidas para sustentar organizações fortes lideradas pela comunidade. A investigação será utilizada para conceber e desenvolver ferramentas que facilitem melhor a integração e inclusão dos jovens.

### Grupos-alvo

Os grupos-alvo incluem vários intervenientes, tais como jovens (18- 30 anos) ou trabalhadores

<sup>1</sup> Subvenção número 2021 IE01-KA220-YOU-0000287.

juvenis que trabalham no desenvolvimento da juventude, membros atuais de grupos comunitários voluntários, líderes comunitários, grupos de ação local e agências juvenis.

## 2. POLÍTICA DE INCLUSÃO DA DLBC-YOUTH E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

### 2.1 DLBC: DEFINIÇÃO

O desenvolvimento local liderado pela comunidade é uma abordagem ao desenvolvimento territorial em que os atores locais trabalham em parceria para desenvolver e implementar ações e estratégias que respondam aos seus próprios objetivos e necessidades locais, tendo em consideração o potencial e a força do território, construindo conhecimentos e competências, apoiando novas ideias e encorajando a cooperação, ajudando a criar comunidades viáveis e resilientes. A expressão "desenvolvimento local de base comunitária" (DLBC) foi introduzida pela Comissão Europeia resulta de um desejo de alterar a abordagem tradicional "de cima para baixo": tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e enfrentar o atraso no desenvolvimento das comunidades locais nas zonas rurais.

O DLBC está situado no âmbito da regulamentação europeia e dos modelos de financiamento para prosseguir objetivos de desenvolvimento local integrados à escala sub-regional com a contribuição prioritária das forças locais. Envolve atores locais que se reúnem numa parceria mista (público-privada); desempenha um papel operacional (de gestão e administrativo) confiado ao Grupo de Ação Local, que elabora um Plano de Ação Local que traduz os objetivos em ações concretas, fornecendo uma estrutura técnica capaz de levar a cabo estas tarefas.

Considerando o papel das comunidades locais para reforçar e contribuir para a coesão territorial, a UE, com forte apoio do Parlamento Europeu, decidiu facilitar e reforçar a utilização do DLBC para todos os tipos de territórios (rurais, urbanos, costeiros) e vários tipos de necessidades comunitárias (nomeadamente sociais, culturais, ambientais e urbanas) (Serviço de Investigação Parlamentar Europeu).

## **Background - Origem do Projeto DLBC**

A abordagem de financiamento do **DLBC**, inicialmente limitada às áreas rurais sob o nome **LEADER** (Ligações entre ações para o desenvolvimento da economia rural), é uma iniciativa da UE para apoiar projetos de desenvolvimento em áreas rurais, costeiras e urbanas dos países membros da UE à escala local, envolvendo atores locais relevantes, incluindo organizações e associações locais, bem como cidadãos individuais.

**LEADER** é uma iniciativa comunitária desenvolvida no início da década de 1990 através da política da UE destinada a resolver problemas em certas áreas da União Europeia. Em 1991 - 1993, o enfoque foi em 217 áreas de regiões rurais desfavorecidas. Depois, em 1994 - 1999 (LEADER II) as zonas rurais continuam a estar no centro do projeto, mas o número de GALs (Grupos de Ação Local) aumentou para cerca de 900. Em 2000 - 2006 (LEADER+), o método incluiu todos os tipos de zonas rurais. No período 2007 - 2013, o LEADER tornou-se parte integrante da política de desenvolvimento rural de todos os Estados-Membros da UE, abrangendo os 2416 territórios rurais. Em 2007, para além das zonas rurais, a política das pescas foi incluída no projeto com a criação dos FLAGs (Grupos de Ação da Pesca Local). Nos últimos anos, o âmbito da abordagem LEADER foi alargado para incluir zonas rurais, urbanas e pesqueiras sob o nome de "**Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade**" (**DLBC**): é um instrumento regulado pelos Artigos 32 - 35 do Regulamento da UE 1303/2013, Artigos 42 - 44 do Regulamento da UE 1305/2013 de 17/12/2013, e pelos Programas de Desenvolvimento Rural 2014 - 2020, financiados pelos **Fundos Estruturais e de Investimento Europeus**.

## **Desafios da DLBC**

Os desafios que a DLBC irá enfrentar estão intimamente relacionados com a contribuição que esta ferramenta pode concretamente proporcionar para a melhoria das políticas de desenvolvimento. Os desafios têm em vista:

- melhorar a conceção e implementação de políticas em favor de áreas específicas, através de uma maior concentração territorial nessas áreas para aumentar a sua eficácia;
- promover uma maior qualidade do planeamento local;
- promover a coordenação entre políticas de uma forma flexível e concreta, com uma lógica inspirada na simplificação tanto dos instrumentos de governação como dos procedimentos de acesso ao financiamento da UE.

## 2.2 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário em Itália

Em Itália, as políticas de juventude são desenvolvidas a vários níveis. Existem muitas leis nacionais a favor dos jovens em diferentes domínios, tais como a educação, o emprego, a saúde, a cultura, etc. O sistema organizacional é uma governação a vários níveis, sendo uma forma democrática de governo em que as decisões surgem da colaboração de muitos atores que se influenciam uns aos outros.

A nível nacional, em 1996, a responsabilidade pelas questões de política de juventude foi assumida por uma entidade apropriada no Gabinete do Presidente do Conselho de Ministros: o Departamento de Assuntos Sociais. Foi então transferida para o Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais. Posteriormente, em 2006, a responsabilidade por questões de juventude e desporto foi atribuída a uma entidade ad hoc: o Departamento de Política de Juventude e Atividades Desportivas (Dipartimento per le politiche giovanili e le attività sportive). Em 2008, o novo governo tomou a decisão expressa de criar um novo departamento que já não se ocupava da juventude e do desporto, mas que se destinava exclusivamente à implementação de medidas e intervenções para a juventude. Para o efeito, o Departamento da Juventude (Dipartimento della Gioventù) foi criado por decreto do Presidente do Conselho de Ministros a 8 de Maio de 2008. O Departamento da Juventude gere diretamente a parte dos fundos alocados às intervenções nacionais através de convites à apresentação de projetos abertos às organizações juvenis e à sociedade civil e é responsável pela assinatura de acordos com o Conselho Nacional da Juventude, a Agência Nacional da Juventude e outras entidades que desenvolvem atividades em prol da juventude. A nível nacional não existe nenhuma lei geral sobre a juventude, no entanto existem muitas leis específicas que abrangem os jovens em diferentes domínios, tais como a educação, o emprego, a aprendizagem e os estágios.

A juventude é constitucionalmente protegida, artigo 31 da Constituição Italiana - "A República [...] protege a maternidade, a infância e a juventude [...]" e, por isso, ao longo dos anos, o empenho de um Estado em salvaguardar os jovens sempre caracterizou as decisões políticas e legislativas que acompanharam as intervenções das autoridades governamentais.

Com a lei constitucional n. 3/2001, as regiões adquiriram poderes legislativos e executivos em todas as matérias não expressamente reservadas à legislação do Estado, incluindo a política de juventude. A nível regional, foram aprovadas ao longo dos anos diferentes leis, referentes à implementação dos direitos de cidadania, à promoção do desenvolvimento da personalidade, à participação social, às associações juvenis e à prevenção dos problemas juvenis.

Desde 2006, as políticas de juventude têm sido financiadas principalmente pelo **Fundo Nacional para as Políticas de Juventude**, estabelecido pelo artigo 19(2) do Decreto-Lei 223/2006 convertido, com alterações, na Lei 248/2006, com o objetivo de promover o direito dos jovens à formação cultural e profissional e a sua integração na vida social, inclusive através da realização do direito dos jovens à habitação, bem como facilitar o acesso ao crédito para a aquisição e utilização de bens e serviços. **O Fundo da Função Pública Universal financia ações da Função Pública** com base num programa anual aprovado pela Conferência Estado-Regiões, e funciona sob um sistema de contabilidade especial, tal como previsto nos regulamentos em vigor.

Os principais programas de relevância nacional, financiados pelo **Fundo Nacional para a Política de Juventude**, centram-se em diferentes campos de ação: inclusão social; participação dos jovens na vida social e política da área; apoio à autonomia e promoção da participação dos jovens em atividades culturais e desportivas; educação não formal; prevenção e medidas contra novas dependências.

Especificamente, em 2021, os principais programas foram:

- **"Enzymes" ("Fermenti")** concurso de projetos: financiou projetos de empreendedorismo juvenil de carácter social e coeso, propostos por jovens entre os 18 e os 35 anos de idade, e destinadas a melhorar as condições de vida dos jovens e da sua comunidade;
- **"Apoio aos jovens talentos" ("Sostegno ai giovani talenti")** convite à apresentação de projetos: financia iniciativas de apoio aos talentos e à criatividade dos jovens entre os 18 e os 35 anos de idade;
- **"Orientação e colocação de jovens talentos" ("Orientamento e colocação giovani talenti")** convite à apresentação de projectos: visa promover a colocação profissional de jovens entre os 15 e 28 anos, apoiar o empreendedorismo dos jovens talentos, e a ligação entre a educação e o mercado de trabalho;
- **GIOVANI2030 plataforma web:** oferece notícias, insights sobre voluntariado, formação, educação, cultura, entretenimento, desporto, descrevendo as oportunidades a ter de crescer de uma forma participativa;
- **Cartão Nacional da Juventude (CNJ):** a partir de meados de Março de 2021, o CGN permite concessões de acesso a bens, serviços e oportunidades no território nacional e europeu.

### 2.3 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário na Irlanda

Vários documentos políticos irlandeses fazem referência à inclusão dos jovens no Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade. Estes incluem uma *Estratégia Nacional para a Juventude* (Department of Children and Youth Affairs, 2015); *National Volunteering Strategy* (Government of Ireland, 2021); *Sustainable, Inclusive and Empowered Communities: A Five-Year Strategy to Support the Community and Voluntary Sector in Ireland 2019-2024* (Government of Ireland, 2019); e *Youth Empowerment in Ireland* (2014), para citar alguns. No que diz respeito à inclusão dos jovens, o fio condutor comum é que todos apoiam fortemente a sua promoção (Conselho Nacional da Juventude da Irlanda, 2014; Governo da Irlanda, 2014). Todos se comprometem com a implementação de políticas e estruturas que apoiam o seu desenvolvimento.

Segue-se uma lista de alguns dos princípios fundamentais em torno dos quais se constrói a política irlandesa relativa à inclusão dos jovens:

**Apoio à Cidadania Ativa:** A *Estratégia Nacional para a Juventude* reconhece que através da promoção do voluntariado juvenil, "os jovens são incluídos na sociedade, têm consciência ambiental, a sua igualdade e direitos são defendidos, a sua diversidade é celebrada, e estão habilitados a serem cidadãos globais ativos" (2015: pg. 3). O forte envolvimento de atores não estatais e grupos da sociedade civil na prestação de serviços tem sido característico da sociedade irlandesa ao longo da história do Estado (Devereux, 1993; National Youth Council of Ireland, 2011). Apoiar formas ativas de cidadania e de voluntariado na política é, assim, um meio de manter esta abordagem de parceria, bem como desbloquear os benefícios de uma cidadania empática e com competências. **A inclusão como garantia da justiça e do respeito pelos direitos humanos:** Existe um forte sentido na política irlandesa de que a inclusão dos jovens é um veículo para a realização de uma sociedade mais justa e mais democrática. *Comunidades Sustentáveis, Inclusivas e Empoderadas* afirma que a promoção desta justiça é essencial "para que as comunidades prosperem, tanto na Irlanda urbana como rural... melhorando a qualidade de vida e as oportunidades para todos os sectores da população, especialmente os nossos jovens e idosos nas comunidades mais desfavorecidas" (2019: pg. 8).

Vale a pena notar que o mesmo documento também declara que "é um dever das Autoridades Locais trabalhar para facilitar e promover o envolvimento no governo local, incluindo o envolvimento dos jovens na democracia e no governo local" (2019: pg. 17). Este projeto foi concebido para ajudar com esta missão: Proporcionará um quadro para a conceção e realização de programas de formação para instrutores e participantes da comunidade para ajudar a promover a inclusão dos jovens.

**Construir competências para o futuro:** Para a *Estratégia Nacional de Voluntariado*, "os benefícios do voluntariado vão muito além das ações envolvidas e do seu impacto sobre os beneficiários. A gama completa de competências desenvolvidas através do voluntariado e da ação comunitária é importante para um vasto leque de jovens" (2021: pg. 23). Fomentar a inclusão dos jovens é, assim, visto como uma forma de assegurar o futuro da mão-de-obra nacional e de desenvolver competências que os jovens desempenharão nas suas vidas (Conselho Nacional da Juventude da Irlanda, 2014).

Por estas razões, a *Estratégia Nacional de Voluntariado* irá explorar a possibilidade de tornar o voluntariado parte do currículo educacional nacional. Mais uma vez, isto demonstra o valor e a oportunidade deste projeto de Desenvolvimento Local Liderado pelos Jovens, que irá fornecer materiais e estruturas de aprendizagem que podem ser prontamente utilizados nestes programas-piloto.

## 2.4 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário em Portugal

Em Portugal, os direitos da juventude são protegidos pelo artigo 70º da Constituição da República Portuguesa e existem registos sobre políticas destinadas à juventude desde a Revolução Portuguesa, em 1974 (Observatório Permanente da Juventude). Em 2018, o primeiro Plano Nacional para a Juventude foi lançado ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n. 114-A/2018 de 4<sup>th</sup> de Setembro de 2018 para desenvolver políticas públicas melhoradas para a Juventude Portuguesa. Este plano esteve em vigor até ao final de 2021 e visava desenvolver políticas transversais para a juventude. Concentrou-se no grupo dos 15 aos 29 anos de idade, que representa cerca de 16% do total da população portuguesa, pelo que o Governo Constitucional pretendia fomentar a articulação interministerial para desenvolver políticas de educação, emprego, empreendedorismo, habitação, saúde, ensino superior, qualidade de vida, desporto, cultura, defesa, justiça, ambiente, agricultura, transportes, sustentabilidade da segurança social, combate à pobreza, igualdade, inclusão e migrações. O Instituto Português do Desporto e Juventude tem a responsabilidade de coordenar este Plano Nacional para a Juventude, que durante o anterior governo, envolveu 17 áreas governamentais e 31 instituições centradas na implementação de 247 medidas. Este plano foi criado para orientar a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no contexto nacional, no que respeita à juventude, bem como os compromissos assumidos na Declaração Lisboa+21 sobre políticas e programas para a juventude, que resultou da Conferência Global de Ministros responsáveis pela juventude, e do Fórum da Juventude, que se realizou em Lisboa, em Junho de 2019.

O Instituto Português da Juventude e do Desporto presta apoio em várias áreas (desporto, cidadania e participação, cultura e criatividade, educação formal e não formal, saúde, emprego, empreendedorismo, habitação), nomeadamente na criação de Associações Juvenis e Projetos Comunitários, no apoio e divulgação de atividades de voluntariado, e projetos de cidadania para a juventude. Em 2022, esta instituição empreendeu uma ampla avaliação das necessidades e está agora a preparar o segundo Plano Nacional para a Juventude. Além disso, articulam-se

com outras instituições nacionais, europeias e internacionais que apoiam a juventude nestas áreas. Algumas das instituições nacionais relevantes nesta área são: Conselho Nacional de Juventude, criado em 1985, que é uma plataforma que visa representar organizações juvenis de várias áreas (cultural, ambiental, escoteiros, associados a partidos, estudantes, sindicatos ou religiões), promovendo o desenvolvimento de associações juvenis; e a Fundação da Juventude, que implementa e apoia iniciativas destinadas a promover a integração da juventude nas suas comunidades e no mercado de trabalho.

Relativamente à inclusão dos jovens no desenvolvimento comunitário, cidadania participativa e promoção do voluntariado juvenil, o Plano Nacional para a Juventude incluiu medidas de apoio às associações juvenis, fomento do trabalho voluntário e promoção da literacia política, nomeadamente: atividades de apoio ao envolvimento dos jovens em associações, incluindo a formação e a definição do Estatuto dos Gestores Associativos; formação para competências de liderança; apoio a projetos locais e regionais destinados a encorajar a participação política e social dos grupos jovens vulneráveis; campanhas, formação e atividades centradas nos Direitos Humanos, igualdade e inclusão, a UE (e.g. Parlamento da Juventude); Programas Nacionais e Internacionais de Voluntariado centrados nos Direitos Humanos, inclusão, questões ambientais, entre outros; Assembleias no âmbito do "Programa Escolhas"; Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Juventude pelas autoridades locais; o Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil; entre outros.

## 2.5 Política de inclusão dos jovens e desenvolvimento comunitário na Roménia

### Políticas públicas para a inclusão da juventude e desenvolvimento comunitário na Roménia

**Direito da juventude.** A Roménia tem em vigor uma Lei da Juventude que foi inicialmente adotada em 2006 (Lei n.º 350 de 21/07/2006 Lei da Juventude) e é o principal documento jurídico que está subjacente ao quadro das políticas de juventude na Roménia. Aborda todos os tipos de jovens, mas presta especial atenção aos grupos vulneráveis, razão pela qual prevê uma série de direitos.

A lei da juventude<sup>2</sup> define legalmente uma série de termos tais como: jovem (pessoa entre 14 e 35 anos) ou organização de e para jovens (pelo menos 50% dos membros são jovens ou têm como objetivo apoiar e promover os direitos dos jovens). Também estabelece o quadro de responsabilidades das autoridades centrais e locais no domínio da juventude, bem como o quadro de financiamento e apoio às atividades juvenis, define os direitos dos jovens (parte do processo de decisão que os afeta, apoio e aconselhamento, educação e formação, acesso à informação, planeamento familiar), beneficiários e voluntários em programas de mobilidade ou diálogo intercultural) e estabelece as facilidades de que os jovens usufruem em áreas como a educação, cultura, saúde, voluntariado, empreendedorismo, empregabilidade ou habitação.

**Estratégia Nacional para a Juventude**<sup>3</sup>. A Estratégia Nacional no domínio da política da juventude 2015-2020 (referida como a Estratégia) foi adotada por Decisão do Governo em Janeiro de 2015 e tem como objetivo declarado o apoio aos jovens para participarem na vida económica, social, cultural e política, assegurando a igualdade de oportunidades em termos de

<sup>2</sup> Parlamentul României, LEGE nr. 350 din 21.07.2006, <https://legislatie.just.ro/Public/DetaliuDocument/73834>.

<sup>3</sup> Politici publice în domeniul tineretului, <https://www.nonformalsepoate.ro/index.php/propunere-politica-publica/toolkit-elaborare-politica-publica/85-toolkit-elaborare-politica-publica/87-3-politici-publice-in-domeniul-tineretului>.

educação, empregabilidade e condições de vida decentes para todos os jovens, incluindo os grupos vulneráveis. Foi desenvolvida para estar inter-relacionada com estratégias nacionais de inclusão social, educação, empregabilidade e saúde.

Infelizmente, estas estratégias são abordadas de forma fragmentada, sem uma política integrada que preveja a sua implementação holística.

A estratégia<sup>4</sup> assenta em quatro pilares temáticos: cultura e educação não formal, saúde, desporto e lazer, participação e voluntariado, empregabilidade e empreendedorismo.

O nosso presidente anunciou no início de 2022 que o Governo romeno está a preparar uma nova Estratégia Nacional para a Juventude 2022-2027, centrada na emancipação dos jovens, educação, aumento do emprego entre os jovens e a sua participação ativa na vida económica, social, cultural e política.

### **Inclusão dos jovens na vida comunitária na Roménia**

A Lei n.º 78/2014 relativa à regulamentação do voluntariado fazia parte do alinhamento com a legislação europeia, Diretiva 89/48 CEE relativa ao reconhecimento de diplomas definindo a experiência profissional como relacionada com a prática jurídica e atual da profissão escolhida. O seu objetivo era aumentar os benefícios que os jovens obtêm ao realizarem ou estarem envolvidos em tais atividades. De acordo com a lei, desde 2014 o voluntariado é considerado experiência profissional/especializada, dependendo do tipo de atividade, apenas se for realizado no campo dos estudos graduados.<sup>4</sup>

Embora a lei incentive os jovens a envolverem-se mais na sua comunidade, apenas 12,4% dos jovens estiveram envolvidos no voluntariado durante 2018-2019 (12 meses), em comparação com a média de 31% dos jovens da União Europeia, de acordo com um estudo realizado em 2019 na Roménia. Contudo, as pessoas com idades entre os 14-18 anos tendem a envolver-se consideravelmente mais no voluntariado (15,7%) do que as pessoas com idades entre os 27-29 anos (9,4%). Ao mesmo tempo, observou-se que as raparigas tendem a envolver-se mais em ações de voluntariado do que os rapazes.

Dos jovens envolvidos no voluntariado, cerca de metade deles são estudantes do ensino secundário/universitário. Numa percentagem significativamente inferior, apenas 9,6% estão envolvidos em associações ou clubes, 11% estão inscritos em organizações não governamentais ou outros tipos de organizações juvenis. Parece que os jovens são os menos envolvidos em sindicatos: 1,3% e em partidos políticos: 3,5%.

Falando como um todo, apenas 7,6% dos jovens na Roménia participam em atividades de voluntariado e 12,1% participam em atividades organizadas por diferentes centros juvenis. Isto tende a reforçar ainda mais a tendência dos jovens para se envolverem em atividades recreativas estruturadas. Uma vez que tais atividades têm o maior impacto no seu desenvolvimento futuro, há uma clara necessidade de uma estratégia nacional, a fim de encorajar o seu envolvimento nas atividades estruturadas.

O mesmo estudo demonstrou que 28,2% dos jovens não confiam no processo de voluntariado, enquanto 8,7% dos jovens confiam completamente no voluntariado. Além disso, foi-lhes perguntado se estavam envolvidos em diferentes tipos de atividades participativas, tais como

<sup>4</sup> Estrategia Națională în domeniul politicii de tineret 2015-2020, <http://mts.ro/wp-content/uploads/2016/02/Strategia-tineret-final.pdf>.

assinar uma lista de reivindicações políticas, participar em manifestações, atividades de voluntariado, trabalhar para uma organização política, lutar por questões ambientais ou participar em atividades políticas online. Tanto a participação como os níveis de interesse são baixos, sendo a participação em protestos a forma mais popular de inclusão de jovens na vida comunitária. Menos de um quarto (22%) estiveram envolvidos em atos participativos e apenas 20% dos envolvidos não manifestaram a intenção de participar no futuro em tais actividades.<sup>5</sup>

### 3. Perceções e realidades de integração e inclusão dos jovens nas atividades da DLBC

Os jovens europeus raramente têm estado mais empenhados em questões que lhes interessam. Quer se trate de questões socioeconómicas locais ou regionais, ou do clima global liderado pelos jovens, há claramente um conhecimento e uma apetência dos jovens europeus para se envolverem em atividades DLBC de uma forma ou de outra. Grupos comunitários voluntários, organizações juvenis, e instituições governamentais locais também expressam geralmente vontade de trabalhar com os jovens e de valorizar a sua contribuição em assuntos e projetos de desenvolvimento local.

Por que razão, então, a inclusão dos jovens ou o desenvolvimento liderado pelos jovens não é um processo mais automático? Os jovens percebem frequentemente que as organizações comunitárias e outras instituições não valorizam a sua contribuição, enquanto as instituições comunitárias podem ter tendência a afirmar que os jovens não estão interessados no seu trabalho, ou que estão mais "a precisar de assistência do que a ser bens comunitários" (Jones & Perkins, 2006, p. 91). A realidade é mais complexa - os jovens e os líderes comunitários mais velhos podem trabalhar muito bem em conjunto, mas os métodos e abordagens para integrar os jovens em funções de liderança requerem reflexão e gestão cuidadosa para se alcançar o máximo sucesso.

Muitos estudos relativos à inclusão de jovens na DLBC referiram a perceção entre os membros mais velhos de grupos e organizações comunitárias de que os jovens precisam principalmente de assistência ou não são capazes ou interessados em assumir papéis de liderança (Jones & Perkins, 2006).

Este estereótipo por parte dos adultos pode "restringir o potencial dos jovens a nível comunitário, impedindo a sua capacidade de se relacionarem com os adultos, levando mesmo os jovens a duvidar da sua própria competência" (Jones & Perkins, 2006, p. 91). A incapacidade de quebrar este estereótipo e abordagem reforça assim a necessidade de os mais velhos assumirem papéis de autoridade e limita a possibilidade de liderança dos jovens.

De facto, quando os jovens e os mais velhos são postos a trabalhar juntos em projetos dirigidos pelos jovens, os mais velhos são frequentemente surpreendidos pela competência e interesse demonstrados pelos seus jovens parceiros;

"Lucille, uma adulta, disse que deixar o plano juvenil foi difícil para ela no início: "Sei que eles são muito capazes, mas também quero que o programa seja 'bem-sucedido'". No final, ela relatou ter aumentado a confiança nas capacidades dos jovens para realizarem tudo o que lhes é dado" (Henness et al., 2013, p. 82).

Dito isto, também se verificou que a simples colocação de jovens e idosos para trabalharem juntos num projeto ou em grupos não conduz a uma inclusão eficaz e sustentada dos jovens (Pickering, et al., 2021). Quando os adultos tentam promover a liderança juvenil simplesmente

"sair do caminho", os membros mais velhos do grupo podem correr o risco de não "fornecer a liderança e o apoio necessários para que os jovens sejam bem sucedidos". Para que os jovens sejam agentes de mudança eficazes, os adultos precisam de fornecer apoio e orientação instrumental". Collura, et al., 2019, p. 47S). As relações entre a inclusão dos jovens e as percepções de si e do lugar também têm sido amplamente reconhecidas. Pode haver uma percepção entre os jovens rurais de várias regiões que permanecer na sua área local seria prejudicial para o seu futuro (Rauhaus & Guajardo, 2021, p. 78). Contudo, a inclusão dos jovens tem sido amplamente reconhecida para aumentar a auto-percepção positiva, bem como para aumentar o valor que os jovens atribuem às suas comunidades de origem (Andresen, et al., 2013). A inclusão dos jovens tem sido utilizada não só como um instrumento para melhorar a percepção dos jovens rurais, mas também como uma forma poderosa de integrar e incutir um sentido de comunidade nos recém-chegados (Allen-Handy, et al., 2020).

#### **4. Necessidades atuais e futuras de competências para (i) jovens e (ii) voluntários da comunidade para facilitar o desenvolvimento dos jovens**

A participação dos jovens é um conceito amplo que apoia uma grande variedade de práticas. As organizações juvenis, as autoridades locais e os trabalhadores juvenis abordam esta questão de diferentes ângulos e interesses quando se trata de envolver os jovens. Além disso, a maior parte do tempo livre dos jovens é passado na comunidade local. Para que os jovens sintam que pertencem à comunidade, precisam de uma atividade comum para facilitar a resolução de problemas comuns. Para um processo eficiente de envolvimento e progresso dos jovens, os jovens precisam de adquirir e desenvolver certas competências.

As competências técnicas são as competências que são aprendidas, as competências técnicas e os conhecimentos necessários para realizar uma atividade. Normalmente, os jovens aprendem na escola, a partir de livros, em formações ou mesmo no trabalho. As competências técnicas diferem consoante o campo de atividade. As competências transversais são consideradas traços de carácter ou competências interpessoais que ajudam os jovens a adaptar-se, interagir e trabalhar com outros. Estas não podem ser aprendidas, mas podem certamente ser desenvolvidas ao longo do tempo. Em comparação com as competências técnicas, as competências transversais são cada vez mais procuradas em atividades de voluntariado, estágios e mesmo empregos.<sup>5</sup>

Existem dois tipos de competências transversais: competências intrapessoais - gestão do stress, controlo emocional, otimismo e perseverança; competências interpessoais - competências de comunicação escrita e verbal, gestão de conflitos, competências de trabalho em equipa.

A habilidade transversal mais importante e procurada é a capacidade de comunicação, seja ela escrita ou verbal. Um problema centrado dos jovens é falar em público, o que é necessário para progredir com sucesso num problema específico relacionado com a comunidade. Embora possa parecer que esta habilidade é dominada por todos, muitas pessoas não podem falar em público, não sabem como explicar ou não se fazem entender sobre um determinado tópico. Os jovens devem concentrar-se mais na formação destas competências de comunicação, praticando a fala em público, participando em redes sociais, partilhando conteúdos auto-criados com outros. A concentração no desenvolvimento destas competências é altamente importante no contexto dos

<sup>5</sup> *Competențe tehnice vs competențe transversale: diferența dintre acestea, care sunt cele mai căutate și cum le echilibram?* , 21.08.2020, <https://humangest.ro/stiri/hard-skills-vs-soft-skills-diferenta-dintre-acestea-care-sunt-cele-mai-cautate-si-cum-le-echilibram/>.

jovens que querem fazer-se ouvir e ser levados a sério em diferentes assuntos.<sup>6</sup>

À semelhança da adaptabilidade, a capacidade de resolução de problemas implica encontrar soluções e também saber como implementá-las de modo a resolver um problema. A fim de dominar a capacidade de resolução de problemas, os jovens devem concentrar-se em desenvolver as suas capacidades analíticas e em aprender a organizar-se. Isto encoraja os jovens a assumirem responsabilidades e a tomarem decisões informadas. Assim, os jovens testam e têm uma melhor compreensão das consequências da tomada de decisões. Se os jovens estiverem envolvidos no processo de tomada de decisões, são mais propensos a ter os seus pontos de vista considerados e as suas necessidades satisfeitas.

<sup>7</sup>A criatividade é uma habilidade suave necessária em qualquer campo. Os jovens criativos são os que apresentam mais ideias interessantes que são inovadoras e pensam nas formas mais inesperadas de resolver um problema ou para desenvolver um projeto, uma política, etc. Do mesmo modo, a criatividade e a resolução de problemas requerem a capacidade de considerar possíveis consequências futuras de certas ações e de avaliar os riscos.

O conceito de auto-controlo, responsabilidade, resolução de problemas e adaptabilidade.<sup>8</sup> Os jovens devem, tanto quanto possível, concentrar-se no aumento destas competências, a fim de progredir com sucesso tanto na vida comunitária como na vida pessoal.

Embora a melhoria das suas competências transversais deva ser uma prioridade para os jovens, vivemos na era digital e existe uma competência difícil que é globalmente necessária: as competências digitais. A mudança em massa para operações online devido à pandemia de COVID-19 aumentou ainda mais a necessidade de competências digitais. Ao desenvolver estas competências, os jovens têm mais hipóteses de contribuir para as suas comunidades e para as suas carreiras à prova de futuro.<sup>9</sup> A necessidade de competências digitais apenas irá aumentar, pelo que se recomenda que os jovens prossigam a sua formação, como a auto-aprendizagem, tenham aulas e programas.

Ao envolverem-se em vários projetos e atividades, os jovens podem adquirir conhecimentos, desenvolver competências e podem simultaneamente expressar e perseguir as suas aspirações para o futuro. Isto só pode acontecer através de atividades de aprendizagem, tais como "aprender fazendo" na execução de tarefas específicas. A oportunidade de utilizar estas novas competências em novos contextos ajuda os jovens a agir de forma mais e mais eficaz.

## 5. Metodologias eficazes de envolvimento dos jovens e preferências e metodologias de aprendizagem presencial/online/blended

Com base na análise de dois estudos de caso de uma organização política de juventude britânica e checa, Mackóva e Mejias (2020) refletem sobre a utilização de estratégias e atividades dos meios de comunicação online e fora de linha. Reconhecem que, como outros demonstraram, "os meios de comunicação online desempenham um papel crucial não só como fontes de informação e meios de comunicação, mas também como instrumentos importantes para a participação política, ativismo e mobilização ou organização dos cidadãos - o que se aplica

<sup>6</sup> *Top 8 soft skills pe care și le doresc angajatorii*, 29.05.2019, <https://www.undelucram.ro/cumlucram/top-8-soft-skills-pe-care-si-le-doresc-angajatorii-1642>.

<sup>7</sup> *Tinerii și participarea în comunitate*, <https://www.nonformalsepoate.ro/index.php/propunere-politica-publica/toolkit-elaborare-politica-publica/85-toolkit-elaborare-politica-publica/86-2-tinerii-si-participarea-in-comunitate>.

<sup>8</sup> OCDE, *O futuro da educação e das competências. Educação 2030*, 2018, <https://www.scribd.com/document/379035842/The-future-of-education-and-skills>.

<sup>9</sup> *O que são competências digitais?*, 09.03.2021, <https://digitalskills.unlv.edu/digital-marketing/what-are-digital-skills/>.

especialmente aos jovens" (p. 160), como utilizadores experientes da Internet e dos meios de comunicação social. De facto, é amplamente reconhecido que os meios de comunicação social têm o poder de moldar a opinião e o discurso social

- não só os meios tradicionais (que detêm um poder reconhecido), mas também os novos meios de comunicação social e os novos meios de comunicação social, através de caminhos alternativos, esbatendo as linhas dos produtores de conteúdos e do público através de estratégias algorítmicas complexas que estão abertas a instituições poderosas e/ou ricas. Assim, os novos meios de comunicação e os meios sociais parecem ter criado novas formas de participação e envolvimento, embora os meios tradicionais continuem a ser relevantes e poderosos.

No entanto, os autores acima mencionados descobriram que estas organizações políticas juvenis favoreceram ambas as formas de envolvimento - online e offline. Utilizaram plataformas online e meios sociais (websites, Facebook, Instagram, ou Twitter, de acordo com o país) para sensibilizar e educar o público através de conteúdos digitais para combater a desinformação (através de vídeos e memes, utilizando estratégias criativas, humorísticas ou satíricas juntamente com conteúdos informativos válidos e autênticos, mas também documentos públicos); para definir a identidade do seu grupo; para divulgar atividades e fomentar o envolvimento e mobilização de seguidores. Assim, a utilização de novos meios de comunicação facilitou o processo de alcançar e envolver os participantes nas atividades presenciais, simplificando a comunicação da sua organização. Além disso, organizaram atividades presenciais em espaços públicos, tais como seminários educativos, debates/debates públicos, eventos de formação, campanhas de angariação de votos, demonstrações, e valorizaram a importância da interação direta como estratégia para fomentar uma comunicação mais eficaz e envolver novos apoiantes, e assim, como instrumento de mobilização.

Assim, estes grupos utilizaram atividades online ou offline de acordo com os seus objetivos, adaptando-se às necessidades dos seus grupos-alvo e aos seus objetivos. Os meios de comunicação online e sociais permitem alcançar grandes grupos, especialmente para atividades para e lideradas por jovens; criaram departamentos de comunicação centrados na estratégia e no desenvolvimento de métodos de envolvimento eficazes. Os meios de comunicação tradicionais foram também utilizados uma vez que permitiram que as suas iniciativas chegassem a um público mais vasto, apoiando a mobilização e campanhas offline, contribuindo para a sua imagem pública e visibilidade, bem como a possibilidade de ter um impacto na agenda pública. Assim, Mackóva e Mejias (2020) concluem que as atividades online e offline são ambas relevantes (embora não sejam simplesmente a chave do sucesso) para promover o envolvimento da juventude em atividades comunitárias, sociais e políticas, ilustrando este processo através da análise de Bakardjieva da política mediática contemporânea como uma tripla hélice "compreendendo os media online, os media tradicionais e os espaços físicos da cidade" (2012, p. 77).

No entanto, Mackóva e Mejias (2020) também se referem a uma tendência dos meios de comunicação tradicionais, que conservam o poder de legitimar ou rejeitar as atividades das organizações juvenis, nomeadamente no Reino Unido, representando-as como "potencialmente violentas e também descontextualizam e deslegitimam os seus esforços bem sucedidos de cidadania ativa se tais esforços forem considerados não-normativos ou em desafio direto ao consenso do *establishment* político" (p. 176-177), definindo que tipos de ação cívica são considerados dignos de promoção. No entanto, também demonstram que estes discursos

públicos dos meios de comunicação tradicionais podem mudar, o que aconteceu com um dos grupos de jovens neste estudo de caso - Momentum, do Reino Unido.

Além disso, é crucial considerar a qualidade das experiências de participação, uma vez que esta influencia diretamente o envolvimento dos jovens. De facto, Ferreira e colegas (2012) desenvolveram dois estudos que demonstraram que a qualidade de desenvolvimento das experiências de participação está ligada a modos mais complexos de pensar sobre política, e que prevê padrões de mudança nas atitudes políticas. Assim, as experiências de participação com baixa qualidade de desenvolvimento podem ter um impacto negativo no desenvolvimento político dos adolescentes, como alguns estudos tinham sugerido anteriormente (por exemplo, Mahoney, 2000; Menezes, 2003), tais como a promoção da aquisição de normas sociais inadequadas ou o reforço da intolerância e do preconceito em relação às minorias. Assim, os autores procuram identificar quais são os critérios das experiências com elevada qualidade de desenvolvimento, uma vez que irão fomentar o envolvimento dos jovens e promover o desenvolvimento psicológico, ético-moral e sociopolítico dos participantes. De facto, a literatura na área tem demonstrado que o envolvimento cívico e a participação política dos jovens estão associados ao bem-estar pessoal e social, têm um impacto no desenvolvimento da identidade, e da consciência moral e política e, portanto, são preditores do envolvimento político futuro (Ferreira et al., 2012).

Apesar da investigação que demonstra um aumento do desinteresse político, alienação ou hostilidade em relação à política (Putnam, 2000), Ferreira e colegas (2012) alertam-nos para o facto de que a participação dos jovens pode não estar necessariamente a baixar, mas que está claramente a mudar ao utilizar "formas auto-expressivas e anti-hierárquicas (...) de participação política e envolvimento cívico" (p. 600). Estudos recentes demonstraram que os jovens são mais propensos a participar em grupos cívicos, associações de voluntariado, grupos de jovens de partidos políticos (como os mencionados por Mackóva e Mejias, 2020), ONG, entre outros tipos de instituições (Cruz et al., 2020).

Por conseguinte, Ferreira e colegas (2012) sublinham que o foco deve ser a promoção de experiências de alta qualidade de desenvolvimento, o que implica: processos de tomada de papéis como oportunidades de auto-desenvolvimento, assumindo o papel do outro e da sua diferença (Mead, 1934); exposição aos sentimentos e atitudes dos outros através da interação entre pares para facilitar o processo de perspectiva social (Piaget, 1977), gerando conflitos cognitivos e estimulando o desenvolvimento, como Kohlberg (1976) também propôs, apresentando problemas que desafiam o raciocínio individual e expondo-os às perspectivas dos outros através da interação social e comunicação recíproca, conduzindo ao desenvolvimento moral e ético; considerando as cinco componentes da mudança cognitivo-desenvolvimento propostas por Sprinthall (1994) - envolvimento contínuo em experiências *significativas* de tomada de papéis, que devem ser equilibradas com oportunidades de reflexão orientada sobre essas experiências com outros, num contexto que simultaneamente apoie e desafie as suas visões do mundo para fomentar o desenvolvimento. Assim, a ação e a reflexão são cruciais para a integração de novas experiências e desenvolvimento das visões do mundo, que conduzem a um desenvolvimento psicológico e ético-moral. Estas perspectivas foram validadas por investigações mais recentes (por exemplo, Chupp & Joseph, 2010 sobre aprendizagem ao serviço) demonstrando que, por um lado, a ação deve ser real e significativa para o indivíduo através de interação social de alta qualidade; por outro lado, a reflexão crítica é crucial para experiências de participação positiva, combinando "ação, reflexão, colaboração e comunidade" (Schoenfeld, 2004, p. 238 cit em Ferreira et al., 2012) - assim, combinando

desafio e apoio, em contextos pluralistas e diversos para contribuir para a interação com o outro, que é simultaneamente igual e diferente (Arendt, 2005).

Por conseguinte, para promover o envolvimento dos jovens é crucial promover o seu envolvimento no processo, o que pode ser conseguido através de metodologias participativas. Prati e colegas (2020) oferecem uma avaliação de uma intervenção baseada na Investigação da Ação Participativa de Jovens (YPAR), que visa promover o desenvolvimento positivo e o envolvimento cívico, demonstrando os benefícios desta metodologia em termos de bem-estar social e cidadania ativa dos seus participantes. Definem YPAR como uma "forma de investigação participativa baseada na comunidade, na qual os jovens são formados para identificar e analisar (através da investigação) questões relevantes para as suas vidas, informar os intervenientes relevantes, e defender soluções ou influenciar políticas e decisões" (Prati et al., 2020, p. 1). Baseia-se no envolvimento ativo dos jovens na investigação de questões significativas que os preocupam, na reflexão crítica e na discussão para identificar estratégias de mudança e para desenvolver alianças com os intervenientes relevantes para decretar essas mudanças. Assim, os jovens envolvidos são os proprietários do projeto, que promove a sua agência e o seu empoderamento psicológico (Zimmerman, 1995) através do envolvimento com a sua comunidade. Prati e colegas (2020) resumem pesquisas que demonstraram que estas estratégias beneficiam os participantes bem-estar psicológico e social (o último envolvendo pertencer a uma comunidade, confiança nas pessoas, e uma visão positiva da sociedade), bem como agência, desenvolvimento psicológico, vocacional/profissional, social e ético-moral, consciência crítica, empatia, entre outros benefícios. No seu estudo, os autores constataram que, em comparação com o grupo de controlo, os participantes na sua intervenção relataram níveis mais elevados de bem-estar social, confiança e participação institucional, e níveis mais baixos de alienação política, contribuindo para uma cidadania ativa. Assim, concluem sobre a relevância vital de envolver os estudantes na investigação de questões sociais importantes e significativas para eles (ação que dá sentido e promove o empoderamento), promovendo a análise crítica (através da reflexão sobre fontes fiáveis e aprendendo a identificá-las) e desenvolvendo possíveis medidas para abordar estas questões.

Todas estas são questões importantes a considerar quando se intervém com jovens, uma vez que, apesar dos relatos de desinteresse, os jovens parecem reclamar pelos seus direitos e por serem ouvidos (Ribeiro et al., 2015). De facto, uma questão importante que Mackóva e Mejias (2020) identificaram num dos grupos de jovens que estudaram foi o horizontalismo nas relações dentro da organização, no qual todos os participantes podiam propor e implementar as suas ideias, independentemente do seu papel na organização. E esta característica parecia não só ter sido valorizada mas ter sido um dos estímulos para o crescimento da organização.

Para concluir, o "CATCH-EYoU Toolkit - práticas de participação ativa" desenvolvido no âmbito do projeto Horizonte 2020 "CATCH-EYoU - Construindo a Cidadania Ativa com a Juventude Europeia": Políticas, Práticas, Desafios e Soluções" oferece ferramentas para ajudar os jovens a prepararem-se para a participação em diferentes contextos, fomentar a sua participação e envolvimento, bem como alguns conhecimentos sobre como fomentar o envolvimento. Descreve brevemente estratégias utilizadas por algumas das instituições em que se concentraram, tais como: negociar diferenças entre participantes através de um enfoque na comunicação, troca de experiências e feedback; organizar pequenas atividades ao longo do ano com base na co-criação e estratégias participativas nas quais todos participam e depois preparar um evento mais amplo; a necessidade de apoio e orientação de pessoas mais velhas e/ou mais experientes; entre muitas outras.

Relativamente às estratégias online/offline de envolvimento com os jovens, este kit de ferramentas apresenta as estratégias utilizadas por algumas instituições juvenis, tais como a utilização do Facebook, Twitter ou Instagram (de acordo com o país) para publicitar atividades ou eventos, fornecer testemunhos, eventos, notícias, vídeos, etc., refletindo ao mesmo tempo sobre os possíveis desafios ou armadilhas que isso implica (falta de conteúdo digno); utilização de emissões de rádio. Além disso, relatam a eficácia da organização Momentum no Reino Unido em passar de uma organização online para uma organização offline através da viralidade dos media sociais - uma das organizações exploradas por Mackóva e Mejias (2020).

No Livro Azul n. 8 do projeto, baseado na investigação desenvolvida ao longo do projeto, Banaji (2018) resume algumas recomendações relativas a instrumentos significativos de cidadania ativa, que nos permitem refletir sobre metodologias eficazes de envolvimento dos jovens e nas preferências de aprendizagem presencial/online/mista. Estas incluem: ter espaço acessível para reuniões públicas e privadas; ter trabalhadores voluntários ou remunerados para gerar ideias e atividades (alertando para o facto de que os jovens com baixos rendimentos podem não poder ser voluntários devido a necessidades de rendimento, e assim enfatizando a importância de promover a igualdade de representação através de trabalho remunerado); utilizar todos os meios de comunicação disponíveis de forma criativa, incluindo meios estabelecidos (cartazes, telefones, jornais, boletins informativos, folhetos, correio eletrónico), meios cruzados (mencionando rádio digital, bases de dados digitalizadas e formulários web, fóruns, vídeos), e novos meios de comunicação (meios de comunicação social, aplicações, vlogging e plataformas de partilha de conteúdos); e promover relações intergeracionais. Assim, recomendam que os media baseados na web sejam bem curados para se tornarem "amigáveis, acessíveis, interessantes, atualizados, e bem moderados (o que leva tempo e trabalho consideráveis)" (p. 10), propondo a articulação destas estratégias com "eventos offline, espaços e formatos de media mais antigos como filmes, rádio e graffiti" (Banaji, 2018, p.10).

## 6. REFERÊNCIAS:

### Inclusão dos jovens e política de desenvolvimento comunitário em Itália

Department for Youth Policy and Universal Civil Service, Governance of youth policies.

<https://www.politichegiovani.gov.it/politiche-giovanili/youthwiki/1-governance-delle-politiche-giovanili/>

National Youth Agency, Opportunities for Youth. <https://agenziagiovani.it/opportunita-per-i-giovani/>

National Youth Agency, Youth Worker. <https://agenziagiovani.it/erasmus/youth-worker/>

National Youth Council, Statute and Programmatic lines 2019 – 2022. <https://consigli nazionale giovani.it/documenti/>

Italian Constitution, Articles 31 and 117. <https://www.senato.it/istituzione/la-costituzione/parte-i/titolo-ii/articolo-31>

<https://www.senato.it/istituzione/la-costituzione/parte-ii/titolo-v/articolo-117>

National coordination of regional programs supported by the National Fund for Youth Policies (art. 19)

[L 248/2006 \(camera.it\)](#)

Provisions for the promotion of rights and opportunities for children and adolescents.

<https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1997/09/05/097G0322/sg>

Framework law for the implementation of the integrated system of interventions and social services (art. 22, c.2, lett. c); <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2000/11/13/000G0369/sg>

The Universal Civil Service. <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2017/04/03/17G00053/sg>

Provisions for the recognition of the social function carried out by oratories and bodies that carry out similar activities and for the enhancement of their role.

[https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie\\_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2003-08-06&atto.codiceRedazionale=003G0237&elenco30giorni=false](https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2003-08-06&atto.codiceRedazionale=003G0237&elenco30giorni=false)

[The Youth worker di nuova generazione](#)

<sup>5</sup> Gabriel Bădescu, Daniel Sandu, Daniela Angi, Carmen Greab, *Studiu despre tinerii din România 2018/2019*,

<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/bukarest/15294.pdf>.

<https://giovanisi.it/2018/10/i-libri-di-giovanisi-youth-worker-di-nuova-generazione/>

AGESCI - <https://www.agesci.it/>

CORPO NAZIONALE DEI GIOVANI ESPLORATORI ITALIANI - <https://cngel.it/>

ARCI - <https://www.arci.it/>

## Inclusão dos jovens e política de desenvolvimento comunitário na Irlanda

Department of Children and Youth Affairs, 2015. *National Youth Strategy 2015-2020*.

<https://www.youth.ie/documents/national-youth-strategy-2015-2020/>, accessed 22/04/22.

Devereux, E. (1993), 'The Lonely Furrow: Muintir Na Tire and Irish Community Development 1931-1991', *Community Development Journal* 28, no. 1: 45-54, [doi:10.1093/cdj/28.1.45](https://doi.org/10.1093/cdj/28.1.45).

Government of Ireland, 2014. *Better Outcomes, Brighter Futures: The National Policy Framework for Children and Young People 2014-2020*

<https://www.gov.ie/en/publication/775847-better-outcomes-brighter-futures/>, accessed

- 2019. *Sustainable, Inclusive and Empowered Communities: A Five-Year Strategy to Support the Community and Voluntary Sector in Ireland 2019-2024.* <https://www.gov.ie/en/publication/d8fa3a-sustainable-inclusive-and-empowered-communities-a-five-year-strategy/>, accessed 22/04/22.
- 2021. *National Volunteering Strategy 2021-2025.* <https://www.gov.ie/en/publication/3cba6-national-volunteering-strategy/>, accessed 22/04/22.

National Youth Council of Ireland, 2011. *Lending a Hand: A Report on Young People and Volunteering in Ireland* <https://www.youth.ie/documents/lending-a-hand-young-people-and-volunteering/>, accessed 22/04/22.

- 2014. *Youth Empowerment in Ireland: An Overview of Young People's Political Participation and Access to Rights* <https://www.youth.ie/documents/youth-empowerment-in-ireland-an-overview-of-young-peoples-political-participation-and-access-to-rights/>, accessed 22/04/22.

## Inclusão dos jovens e política de desenvolvimento comunitário em Portugal

Plano Nacional para a Juventude (National Plan for Youth) <https://pnj.ipdj.gov.pt/>

Plano Nacional para a Juventude (National Plan for Youth) - Resolution of the Ministers Council n. 114-A/2018 of the 4th of September 2018 <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/114-a-2018-116330692>

Instituto Português do Desporto e Juventude (Portuguese Institute for Youth and Sport) <https://ipdj.gov.pt/>

Conselho Nacional de Juventude (National Council for Youth) <https://www.cnj.pt/missao/>

Parlamento dos Jovens (Youth Parliament) <https://jovens.parlamento.pt/Paginas/default.aspx>

Observatório Permanente da Juventude (Research project of the Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, since 1989) - Legislation for Youth in Portugal from 1974 to 2016 <https://www.opj.ics.ulisboa.pt/legislacao-sobre-juventude-em-portugal-1974-2016/>

Allen-Handy, A., Thomas-EL, S. L. & Sung, K. K., 2020. Urban Youth Scholars: Cultivating Critical Global Leadership Development through Youth-Led Justice-Oriented Research. *The Urban Review*, Volume 53, pp. 264-294.

Andresen, W., Dallapiazza, M. & Calvert, M., 2013. Engaging Young People as a Community Development Strategy in the Wisconsin Northwoods. *New Directions for Youth Development*, Volume 138, pp. 125-140.

Buzinde, C., Foroughi, B. & Godwyll, J., 2018. Youth Leadership Programs for Community Development and Social Action: A Pedagogical Approach. *Community Development Journal*, 54(4), pp. 677-694.

Collura, J. J., Raffle, H., Collins, A. L. & Kennedy, H., 2019. Creating Spaces for Young People to Collaborate to Create Community Change: Ohio's Youth-Led Initiative. *Health*

*Education & Behavior*, 46(1S), pp. 445-525.

García-Poole, C., Byrne, S. & Rodrigo, M. J., 2018. Youth-Led Activities Associated with Positive Competence Changes in a Community-Based Program for Adolescents. *Child & Family Social Work*, Volume 23, pp. 599-608.

Hennes, S. A., Ball, A. L. & Moncheski, M., 2013. A Community Development Approach to Service-Learning: Building Social Capital Between Rural Youth and Adults. *New Directions for Youth Development*, Volume 138, pp. 75-96.

Jones, K. R. & Perkins, D. F., 2006. Youth and Adult Perceptions of Their Relationships Within Community-Based Youth Programs. *Youth & Society*, 38(1), pp. 90-109.

McConkey, R., Dowling, S., Hassan, D. & Menke, S., 2013. Promoting Social Inclusion Through Unified Sports for Youth with Intellectual Disabilities: A Five Nation Study. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(10), pp. 923-935.

Pickering, C. J. et al., 2021. "I Believe This Team Will Change How Society Views Youth in Disasters": The EnRiCH Youth Research Team: A Youth-Led Community-Based Disaster Risk Reduction Program in Ottawa, Canada. *Canadian Journal of Public Health*, Volume 112, pp. 957-964

Rauhaus, B. M. & Guajardo, J. M., 2021. The Practice of Youth Inclusion in Community Planning and Resiliency: The Case of Post-Hurricane Harvey. *Journal of Health and Human Services Administration*, 44(1), pp. 67-85.

## Bibliografia

1. Parlamentul României, LEGE nr. 350 din 21.07.2006, <https://legislatie.just.ro/Public/DetaliiDocument/73834>.
2. Politici publice în domeniul tineretului, <https://www.nonformalsepoate.ro/index.php/propunere-politica-publica/toolkit-elaborare-politica-publica/85-toolkit-elaborare-politica-publica/87-3-politici-publice-in-domeniul-tineretului>.
3. Strategia Națională în domeniul politicii de tineret 2015-2020, <http://mts.ro/wp-content/uploads/2016/02/Strategia-tineret-final.pdf>.
4. Diana Crangasu, Legea noua a voluntariatului. Beneficii si limite, 01.08.2014, <http://hrmanageronline.ro/legea-noua-a-voluntariatului-beneficii-si-limite/>.
5. Gabriel Bădescu, Daniel Sandu, Daniela Angi, Carmen Greab, Studiu despre tinerii din România 2018/2019, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/bukarest/15294.pdf>.
6. Hard skills vs soft skills: diferența dintre acestea, care sunt cele mai căutate și cum le echilibrăm?, 21.08.2020, <https://humangest.ro/stiri/hard-skills-vs-soft-skills-diferenta-dintre-acestea-care-sunt-cele-mai-cautate-si-cum-le-echilibram/>.
7. Top 8 soft skills pe care și le doresc angajatorii, 29.05.2019, <https://www.undelucram.ro/cumlucram/top-8-soft-skills-pe-care-si-le-doresc-angajatorii-1642>.
8. Tinerii și participarea în comunitate, <https://www.nonformalsepoate.ro/index.php/propunere-politica-publica/toolkit-elaborare-politica-publica/85-toolkit-elaborare-politica-publica/86-2-tinerii-si-participarea-in-comunitate>.
9. OECD, The future of education and skills. Education 2030, 2018, <https://www.scribd.com/document/379035842/The-future-of-education-and-skills>.

10. What are digital skills?, 09.03.2021, <https://digitalskills.unlv.edu/digital-marketing/what-are-digital-skills/>.

Arendt, H. (2005). *The promise of politics*. Schocken Books.

Bakardjieva, M. (2012). Reconfiguring the mediapolis: New media and civic agency. *New Media & Society*, 14(1), 63–79. <https://doi.org/10.1177/1461444811410398>

Bronfenbrenner, U. (2005). *The Bioecological Theory of Human Development* (2001).

In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development* (p. 3–15). California: Sage.

Pisani, M.C. & Raimondo, G. (2018). CATCH-EYoU Toolkit – practices of active participation - project CATCH-EYoU – Constructing Active Citizenship with European Youth: Policies, Practices, Challenges and Solution. Funded by the European Union’s Horizon 2020 Research and Innovation Programme under Grant Agreement n. 649538. <http://www.catcheyou.eu/the-project/publications/finalconference-toolkit/>

Banaji, S. (2018). Blue Paper n. 8 “Practices of active citizenship in youth organizations” – project CATCH-EYoU – Constructing Active Citizenship with European Youth: Policies, Practices, Challenges and Solution. Funded by the European Union’s Horizon 2020 Research and Innovation Programme under Grant Agreement n. 649538. <http://www.catcheyou.eu/the-project/publications/wp8bp/>

Chupp, M. G., & Joseph, M. L. (2010). Getting the most out of service learning: maximizing student, university and community impact. *Journal of Community Practice*, 18, 190–212. <https://doi.org/10.1080/10705422.2010.487045>

Cruz, J.P., Malafaia, C., Silva, J.E. & Menezes, I. (2020). Between Emotion and Reason: The Role of Affective Networks and Events in Sustaining the Daily Experience of Environmental Activism. In S. Banaji & S. Mejias (Eds.) *Youth Active Citizenship in Europe Ethnographies of Participation*. Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-35794-8\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-030-35794-8_4)

Ferreira, P.D.; Azevedo, C.N.; Menezes, I. (2012). The developmental quality of participation experiences: Beyond the rhetoric that "participation is always good!". *Journal of Adolescence*. 353:599-610. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2011.09.004>

Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: the cognitive-developmental approach. In T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior: Theory, research, and social issues* (pp. 31–53). Holt, Rinehart and Winston

Macková, A., Mejias, S. & Macek, J. (2022). When Facebook Is (Not) Enough: Hybridity in the Media and Political Strategies of Leftist Youth Organisations. In S. Banaji & S. Mejias (Eds.) *Youth Active Citizenship in Europe Ethnographies of Participation*. Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-35794-8\\_6](https://doi.org/10.1007/978-3-030-35794-8_6)

Mahoney, J. L. (2000). School extracurricular activities as a moderator in the development of antisocial patterns. *Child Development*, 71, 502–516. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00160>

Menezes, I. (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement:

implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2(3), 430–445. <https://doi.org/10.2304/eerj.2003.2.3.8>

Piaget, J. (1977). *Problemas de psicologia genética* [The Child and Reality: Problems of Genetic Psychology ] (4th. ed.). Publicações D. Quixote.

Prati, G., Mazzoni, D., Guarino, A., Albanesi, C. & Cicognani, E. (2020). Evaluation of an Active Citizenship Intervention Based on Youth-Led Participatory Action Research. *Health Education & Behavior*. 47(6):894-904. <https://doi.org/10.1177/1090198120948788>

Putnam, R. P. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon and Schuster

Ribeiro, N., Malafaia, C., Neves, T., Ferreira, P.D. & Menezes, I. (2015) Constraints and opportunities for civic and political participation: perceptions of young people from immigrant and non-immigrant background in Portugal, *Journal of Youth Studies*, 18:6, 685-705, <http://dx.doi.org/10.1080/13676261.2014.992307>

Schoenfeld, A. H. (2004). Multiple learning communities: students, teachers, instructional designers, and researchers. *Journal of Curriculum Studies*, 36(2), 237–255. <https://doi.org/10.1080/0022027032000145561>

Sprinthall, N. A. (1994). Counselling and social role taking: promoting moral and ego development. In J. Rest, & D. Narvaez (Eds.), *Moral development in the professions: Psychology and applied ethics* (pp. 85–100). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581–599. <https://doi.org/10.1007/BF02506983>